

O DIGITAL COMO ARQUÉTIPO DO REAL: HOMOFOBIA E SEXISMO 2.0

Carla Luzia de Abreu
Universidade de Barcelona

ISSN 2316-6479

Resumo

As plataformas *online* são um reflexo mensurável da vida analógica, projetam discursos entrecruzados e as nuances sociais que construímos ao longo do tempo, influenciando não só a cultura de consumo e entretenimento, mas também na reprodução de valores, convicções e estereótipos. Desta forma, também são ambientes propícios às manifestações arquetípicas sobre as representações identitárias e acabam por reproduzir os comportamentos que têm a intenção de categorizar e colocar o “outro” em posição de inferioridade. Este artigo pretende trazer algumas reflexões sobre algumas manifestações encontradas nas redes digitais para abrir possibilidades de diálogo e consciência social sobre nossas construções discursivas.

Palavras chave: internet, redes sociais, homofobia, sexismo

Abstrac

Online platforms are a measurable reflection of the analog life, designing mutually crossed discourses and social nuances that we have built over time, influencing not only the culture of consumption and entertainment, but also the reproduction of values, beliefs and stereotypes. Thus, they are also enabling environments to archetypal manifestations about representations of identities and they end up reproducing behaviors that are intend to categorize and place the “other” in a position of inferiority. This article aims to bring some reflections on some manifestations found in digital networks to open up possibilities for dialogue and social awareness of our discursive constructions.

Keywords: internet, social networks, homophobia, sexism.

Introdução

Nossa relação com as tecnologias está tão íntima e interiorizada que conseguimos demolir a dicotomia entre “real” e “virtual”. Nos apropriamos de tal forma das ferramentas digitais que as transformamos em extensões de nossas vidas. Real e virtual se fundem e se confundem, fazendo surgir novas modalidades de interação e passamos a nos expressar cada vez mais através da comunicação hipertextual, linguagem que simula e imita as situações de comunicação do mundo presencial.

Este novo comportamento converteu as redes sociais em cenários socioculturais, lugares que circulam interesses, ideias, pensamentos e atitudes

provenientes do mundo “analógico”, com a diferença de que no digital, além de atuarmos desde outras formas, alcançamos públicos mais amplos se comparado ao círculo de amigos ou conhecidos que mantemos em nossa comunidade presencial.

Atualmente, as quatro redes digitais mais usadas no mundo são Facebook, YouTube, Twitter e Google+. Essas interfaces sociais funcionam como espelhos do mundo, projetam nossos discursos entrecruzados e as nuances sociais que construímos ao longo do tempo, influenciando não só na cultura de consumo e entretenimento, mas também na formação e reprodução de valores, convicções e modelos identitários.

Podemos dizer que as redes digitais, como espaços de comunicação e sociabilidade, solucionaram parcialmente velhos problemas que historicamente afetam alguns grupos sociais, como o isolamento, os silêncios impostos, a falta de apoio, lugares para buscar informações ou comprometer-se com coletivos, oportunidades para encontrar pessoas com afinidades comuns e a dispersão geográfica, elementos limitadores para as trocas interculturais.

No entanto, como espelhos do mundo analógico, as plataformas digitais também integram as estruturas sócio-políticas-culturais, deste modo, a misoginia, a homofobia, a transfobia, o racismo e o sexismo operam na internet com a mesma desenvoltura se comparadas ao mundo presencial.

Nestes ambientes digitais encontramos vasto material de intercâmbios e discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, temas tratados por pessoas de várias localidades, idades e níveis sociais, abrangendo um largo espectro de posicionamentos políticos e visões de mundo. Em muitas ocasiões, estes intercâmbios são pautados pelo respeito e a tolerância, mas, em outras, representam situações de segregação, desprezo e até mesmo ações de violência concreta.

O reconhecimento da diversidade segue sendo um problema nas plataformas digitais, cujas normas e estruturas privilegiam corpos e sexualidades padronizadas. As pessoas que se identificam fora da matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2002, 2007), por exemplo, não são animadas a participar de grupos de paquerias, postar fotos que mostram afetividade entre casais do mesmo sexo ou expor opiniões fora das normas de gênero em perfis ou em grupos de discussão que não sejam abertamente não heteronormativos.

Estas ações discriminatórias são reflexos da realidade de nossas sociedades e, as manifestações de natureza pouco amistosas, são resultado dos discursos discriminatórios por parte de pessoas que temem ou desconhecem as diferenças como produtos culturais e, “estar” em uma rede social, parece não ser empecilho para que estes sujeitos exponham seus preconceitos à determinadas categorias sociais.

As atitudes de ódio, humor duvidoso e cruel, medo ou euforia parecem ter um lugar especial nos processos de (re)produção de conteúdos nas redes sociais. No Twitter, por exemplo, os *hashtag*¹ denunciam estes comportamentos de forma clara e direta e com uma busca simples usando as palavras *#lésbica*, *#gay*, *#veado*, *#travesti* é fácil encontrar demonstrações preconceituosas e de intolerância ao diferente.

Adiscriminação sexual nas redes sociais parece aumentar na mesma medida em que diminuem os espaços públicos e os contatos cara a cara em favor de uma vida cada vez mais conectada. O “Observatori contra l’Homofòbia”², de Barcelona, atribui o paulatino deslocamento das agressões ao ciberespaço à falta de mecanismos regulatórios contra estes ataques: “Facebook e Twitter não se comportam adequadamente em respeito à retirada de conteúdos discriminatórios”, como observa Eugeni Rodríguez, presidente do Observatório³. Na prática, faltam leis mais rigorosas para combater as piadas e comentários maldosos em relação ao gênero, à orientação sexual, raça, etnia e credo no ambiente digital, para responsabilizar legalmente aqueles que cometem atos preconceituosos ou ofensivos.

Os comportamentos sexistas, em especial, são elementos muito presentes nas redes sociais, reproduzindo atitudes machistas através dos aparatos tecnológicos, pelos quais alguns sujeitos controlam, ironizam ou insultam suas namoradas, parceiras ou qualquer outra mulher tratada como objeto ou propriedade. De fato, superar o androcentrismo e suas consequências parece não ser tarefa simples e as formas de controle e de coisificação sobre as mulheres continuam a reproduzir situações de injustiça social, seja no mundo analógico ou no digital.

Enquanto as ações de censura e de ofensas acontecem a todo momento, as feministas, os grupos e pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual buscam continuamente modos de burlar as normas dos espaços digitais. Nestes ambientes, o slogan feminista “o pessoal é político” está mais atuante do que nunca e muitas pessoas estão sempre à procura de alternativas para atribuir signos visuais/textuais que subvertem as normas de gênero, favorecendo a sociabilidade e a visibilidade de suas presenças nas interfaces digitais.

1. O panóptico digital como elemento limitador para a fluidez da identidade

Na contemporaneidade, o panoptismo e os dispositivos de poder, termos referenciados por Foucault (1998)(2006), parecem ter se aprimorado simultaneamente

1 “Hashtag” é um termo popularizado no Twitter e serve para definir temas específicos, colocando o sinal “#”, que cria um link de ocorrências sobre um determinado assunto.

2 <http://www.observatoricontrahomofobia.org/>

3 Informações do jornal “El Periódico”, de 13 de março de 2014. Disponível em http://archivo.elperiodico.com/ed/20140313/pag_034.html

ao desenvolvimento tecnológico, assumindo um formato mais complexo e com novas formas de controle da subjetividade, afirmando a estreita relação entre tecnologias, os discursos sociais e a cultura. Na internet estamos sempre sendo monitorizados, como uma espécie de “ciberpanoptismo” com a missão de impor o controle social e normalizar comportamentos também nos ambientes digitais.

Não é difícil concluir que a fluidez e a multiplicidade das identidades digitais estão limitadas pelas estruturas normativas das redes sociais e pelo controle e vigilância de seus habitantes. Desta forma, até temos a potencialidade de construir uma imagem complexa de nossas representações digitais, formada por distintas fontes de informações, mas nunca infinitas fontes e tampouco qualquer fonte. O devir das identidades digitais também está condicionado pelas normas de inteligibilidade social, mantidas e reproduzidas pelos membros e pela administração das redes digitais.

A identidade mediada pelas tecnologias paga o preço de existir com a incompletude e a fugacidade de suas representações, desenvolvidas sobre os olhares atentos dos espectadores *online* condicionada às diretrizes e normas das interfaces sociais que decidem o que é moralmente aceitável. As transgressões existem e são praticadas com frequência, mas quando descobertas recebem sanções ou a identidade é sumariamente “desativada” da rede.

Nestes ambientes são muitas as pessoas que observam sem ser vistas, julgam e condenam sem ser anunciadas. Neste sentido, na internet não existe uma “torre central” que seja visível em qualquer circunstância, mas sim uma multiplicidade de torres que operam a partir de objetivos diversos, de prevenção ou de repressão, seja comercial, política ou simplesmente moral. Isto muda a forma como os dispositivos de monitoramento atuam, porque muitas vezes é o sujeito participante da rede que de forma voluntária e, na maioria dos casos, anônima, confia à torre as informações que ela precisa para construir um perfil de seus hábitos de consumo (RAGNEDDA, 2011, p 46), dados que são fontes de rendas futuras às empresas mantenedoras das redes, além de servirem como termômetro para manter a ordem e os dilemas morais sobre controle.

Por outro lado, uma das características da internet é sua natureza rizomática que resulta na descentralização de sua estrutura e potencializa a capacidade de múltiplas conexões independentes do “todo”. Esta característica favorece a auto-gestão das identidades digitais, porque as relações não se organizam verticalmente, mas horizontalmente, onde os conteúdos e as trocas aparecem de formas não sequenciais e fragmentadas.

As redes informáticas tendem a romper com o pacto da centralidade das informações e com as formas de comunicação vertical. É evidente que nestes

ambientes abertos, preenchidos de micros universos múltiplos, existe uma dificuldade de controle, inclusive de gestão, por parte das empresas, governos e instituições sociais. Muitas e muitos usuários das redes digitais se aproveitam desta característica para explorar zonas cegas e propor outras possibilidades interpretativas para elaborar significados que não sejam os hegemônicos, buscando articulações e construindo outras matrizes para suas experiências.

Nesta direção, a ideia difundida que na internet existe um grande olho que a tudo vê e ouve, parece ser apenas uma parte da laranja. Há outro lado, o da fragmentação e da multiplicidade, no qual os coletivos, as organizações e os movimentos de determinadas pessoas adquirem sentido, independente dos esquemas verticais de poder. Estas propostas contra-hegemônicas constroem ambientes ou criam situações que favorecem a fluidez, buscando novos processos de subjetivação para as experimentações *online* e também para se sentirem mais proativas a respeito de suas opções e visões de mundo.

No entanto, a capacidade rizomática das redes digitais não torna as coisas mais fáceis para experimentar práticas alternativas de subjetividade; afinal, não há mais espaços nem disposição para ingenuidades fantasiosas sobre as ciberculturas. No seu interior se reproduzem os mesmos mecanismos de inclusão e exclusão e os mesmos discursos de poder do mundo analógico. As potencialidades rizomáticas que favorecem a fluidez permanecem iguais, embora a resposta do poder aumenta na medida em que também crescem as ameaças a sua autoridade e estabilidade.

1.1. Sexismo na barra do Google

Os espaços digitais já produziram muitos casos que exemplificam a falta de sensibilidade de parte da sociedade aos problemas de gênero e das minorias, difundindo práticas de discriminação e intolerância também na web. Um exemplo óbvio de como os preconceitos seguem com força na internet é a função “autocompletar” do Google.

Em 2010, Google lançou um recurso que pretendia tornar nossa vida mais simples: o “autocompletar”, um aplicativo que oferece sugestões quando se começa a digitar uma pesquisa. Os resultados não são gerados de forma arbitrária, as opções aparecem de acordo com as atividades das pessoas na internet, ou seja, as buscas mais frequentes. Os resultados representam, sem dúvida, um importante referente para pensarmos a sociedade, porque oferecem a opinião da população a nível mundial sobre um determinado tema.

Muitos dos resultados sugeridos pelo robô de Google podem ser engraçados ou estranhos, mas alguns são francamente discriminatórios e ofensivos, ajudando a perpetuaros estereótipos de determinados grupos sociais, como os judeus, muçulmanos, ciganos, negros, mulheres, a multidão não-heteronormativa, entre outros.

Felizmente, não demoraram a surgir uma série de denúncias que trouxeram à superfície o problema das sugestões discriminatórias oferecidas pelo maior motor de busca da internet. Em outubro de 2013, a organização da ONU Mulheres⁴ iniciou uma campanha para sensibilizar o público sobre as sugestões ofensivas do “autocompletar”. A Organização baseou-se na pesquisa da empresa de publicidade *Memac Ogilvy & Mather Dubai*, desenvolvida em março de 2013, na qual utilizaram os motores do Google nos processos de busca de dados para um projeto e se assombraram com os resultados que apareceram, dado o teor negativo dos mesmos. Christopher Hunt, diretor de arte da empresa e ONU Mulheres, se uniram e criaram uma campanha para chamar a atenção para o problema do sexismo na internet e promover um diálogo construtivo sobre o assunto:



Figura 1. Cartazes da campanha desenvolvida por ONU Mulheres. Crédito: Memac Ogilvy & Mather Dubai.

Disponíveis em: <http://www.unwomen.org/es/news/stories/2013/10/women-should-ads>

A campanha mostra fotos de mulheres de várias etnias com a janela de Google sobre suas bocas, ilustrando o resultado das opções das buscas. Na parte inferior dos cartazes aparecem mensagens como “as mulheres não deveriam ser discriminadas” ou “as mulheres têm o direito de tomar suas próprias decisões”.

Inspirados nesta campanha e com o mesmo intuito, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) criou

4 UN Women: <http://www.unwomen.org/>

a campanha “Free & Equal”⁵ (“Livres e Iguais”) com a meta de promover a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e alertar a sociedade sobre o problema da discriminação homofóbica e transfóbica. Os cartazes mostram os resultados que apareciam quando usada a palavra “gay”:



Figura 2. Cartazes da campanha FREE & EQUAL. Disponíveis em: <https://www.unfe.org/en/actions/google-and-gays>

Em janeiro de 2014, fiz os mesmos testes e percebi que algo havia mudado quando a plataforma era usada no idioma inglês. Afortunadamente, a busca não mais se autocompletava ao colocar as palavras “jews”, “woman”, “lesbians” ou “gays”, o que prova que Google modificou sua função de autocompletar para excluir as sugestões mais ofensivas, por suposto, graças às intervenções dos coletivos que lutam cotidianamente pela visibilização da diversidade humana.

Fiz o mesmo teste na plataforma em português e os resultados foram similares. No entanto, ao usar o buscador em castelhano, tive uma desagradável surpresa. Ainda que não tenha saído nenhuma sugestão com a palavra “lesbianas”, ao teclar as palavras “gay”, “mujeres” ou “gitanos”, os resultados não foram animadores:



Figura 3. Capturas de tela do buscador Google, em janeiro e março de 2014.

5 <https://www.unfe.org/>

A ferramenta de tradução do Google também parece ter problemas de gênero ao fazer as traduções, abaixo, um exemplo do português para o castelhano e do castelhano ao português:

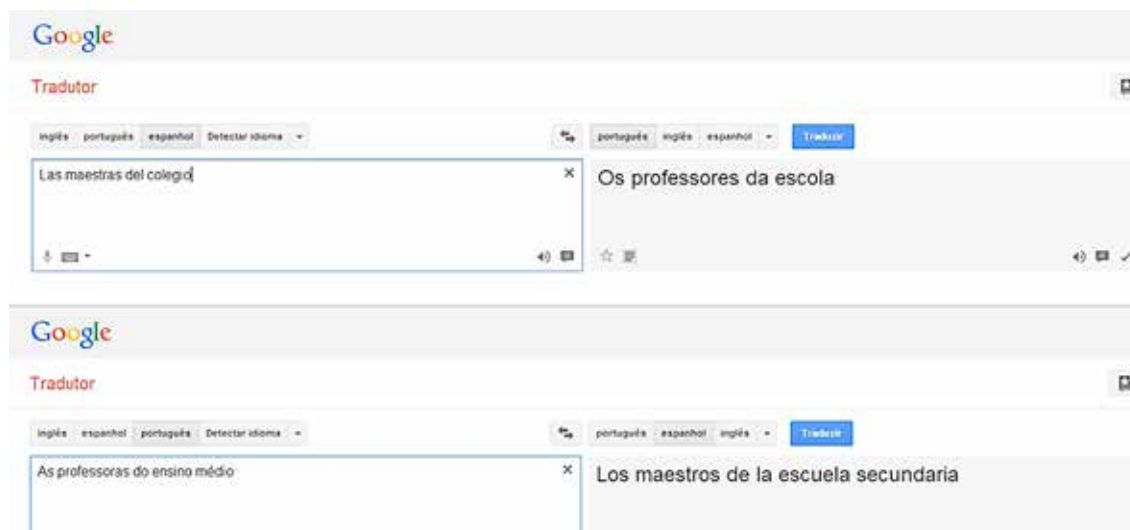


Figura 4. Capturas de tela do aplicativo Google Translate, em 25 de fevereiro de 2014.

Embora a empresa pareça ter tomado medidas para excluir resultados de buscas flagrantemente ofensivos, ainda há muito a ser feito, porque os testes comprovam que os preconceitos estão muito presentes e, como próteses da vida presencial, servem de ponte para reproduzir e fortalecer velhos discursos de ódio e de intolerância. Creio que nossas experiências através da internet já nos mostraram que este não é o melhor lugar para encontrar civilidade ou alteridade, mas ainda é chocante ver como algo tão impessoal como um algoritmo de termos mais pesquisados, nos oferece resultados tão ultrajantes.

1.2 O estranho código moral de Facebook

Facebook é a rede mais utilizada a nível global, mas também a mais voraz quando o assunto é a censura. Devido a arbitrariedade com que elimina conteúdos ou fotos consideradas inapropriadas, com sanções que vão desde o bloqueio da conta até a total eliminação do perfil, a empresa é frequentemente o centro de discussões acaloradas por seu descomedimento e pela falta de equilíbrio lógico em suas decisões.

Em teoria, as observações destes conteúdos se baseiam em denúncias dos e das usuárias da rede social que, em 2012, acrescentou uma nova função em sua interface solicitando a ajuda de seus membros para, voluntariamente,

serem delatores dos perfis e conteúdos que não cumprem com suas “condições de uso”. Também teoricamente, a empresa de Mark Zuckerberg mantém uma equipe para revisar os conteúdos denunciados, mas só em teoria, porque a imensidão de páginas denunciadas possivelmente impossibilita a ação da visão humana e é o *software* programado que aplica as reprimendas de forma automática. O problema surge quando esta interface social, que obviamente não pode pensar por si mesma, detecta como inapropriado um conteúdo que não o é, e bloqueia o inadvertido usuário ou usuária.

Muitas vezes, a equipe de Facebook parece agir sem verificar a origem da denúncia e vários conteúdos foram retirados simplesmente porque alguém não gostou que viu, resultando em decisões injustas, arbitrárias e sem espaços para interlocuções com os administradores da rede.

A obscuridade das decisões parece ser o modo mais usual de agir e o que faz a roda girar em Facebook, pela qual nunca se sabe o motivo certo ou quea motiva a atuar contra uns conteúdos e aceitar outros. É óbvio que uma rede com a magnitude de Facebook as regras existem para coibir abusos, a violência e a pornografia. No entanto, existem milhares de conteúdos publicados no cotidiano desta rede que violam estas políticas e nem por isto são censurados, como as imagens e vídeos que incitam a violência, seja de gênero, credo ou contra o ser humano, conteúdos sexistas ou homofóbicos, inclusive casos de pornografia explícita de crianças e adolescentes.

Facebook mantém uma política brutal de controle sobre as imagens corporais, sobretudo quando o que é exposto não agrada a alguns. Algumas vezes a arbitrariedade das decisões é tão grande que chega ao cômico, se não fossem reais. Devido a política fechada de controle e moralidade duvidosa, Facebook já eliminou sistematicamente imagens de artistas consagrados cujas produções alguém decidiu que não eram apropriadas para seus olhos sensíveis, dando a perceber que a empresa parece não entender muito do universo da arte.

A provocativa obra “A Origem do Mundo”, por exemplo, do francês Gustave Courbet (1819-1877) foi a responsável por muitos perfis deletados, pondo em destaque a suposição de que Facebook não sabe distinguir entre o que é pornografia e uma obra de arte, decidindo-se pela solução mais fácil: aplicar a censura cega. As respostas da empresa para justificar a sanção se baseiam no argumento que a rede deve ser um “lugar virtual seguro para os visitantes, incluindo as muitas crianças que o utilizam”. No entanto, estas mesmas crianças e adolescentes estão cotidianamente, nesta rede ou fora dela, vendo imagens de mulheres nuas e conteúdos que incitam o ódio e os discursos sexistas.

As nádegas do bailarino Peter Reed (1953-1986), fotografada por Robert Mapplethorpe (1946-1989), um dos artistas mais reconhecidos do século passado, foi selecionada pela banda norte-americana *Scissor Sister* para ilustrar o álbum de seu novo trabalho (2010). Facebook, a julgou “inapropriada e excessivamente explícita” e a deletou do perfil da banda.

O artista cubano Erik Ravelo, cujos projetos apresentam forte crítica social, teve uma das fotos da série “Os Intocáveis” (2013) também censurada. A imagem mostra um sacerdote crucificado e, em suas costas também crucificado, o verdadeiro protagonista: um menino semidesnudo. “Que moral é a que impera quando alguém se ofende comigo por uma foto que quer defender o direito à infância e não se ofende com quem agride as crianças?”, questiona Ravelo em entrevista ao *website* Belelu.com.

A rede social mais popular do mundo também parece ter problemas com mulheres amamentando e eliminou as fotos publicadas do trabalho da artista britânica Kate Hansen, que mostram mães lactantes em pinturas da série “Madonna and Child Project” (2011). Facebook respondeu aos questionamentos de Hansen dizendo que as fotos foram “acidentalmente eliminadas”, acidentalmente três vezes, segundo informou a artista.

De fato, são muitos os casos de fotos sumariamente eliminadas porque mostravam a latência materna, talvez Mark Zuckerberg tenha algum trauma infantil sobre o tema ou com seios desnudos. Assim, temos a estranha situação:

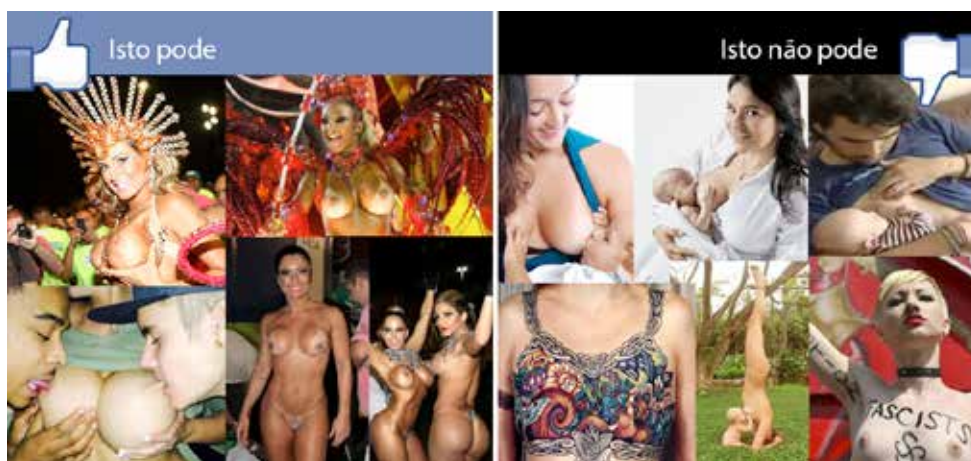


Figura 5. Fotos capturadas de forma aleatória de usuários de Facebook e fotos censuradas pela rede, porque mostravam seios desnudos ou mulheres amamentando seus filhos.

Outro exemplo nada engraçado vem do Brasil, quando Facebook eliminou uma foto que mostrava mulheres indígenas com adornos coloridos e pinturas corporais⁶. Esta imagem faz parte do documentário “As Hiper Mulheres” (2013), de

6 Imagem disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1246362-facebook-cobre-fotos-de-indios-nus-em-perfil-de-filme-brasileiro-com-tarjas-pretas.shtml>

Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro, que retrata o “Jamurikumalu”, maior ritual feminino indígena do estado de Mato Grosso. Para que pudesse ser publicada, a foto recebeu as famosas tarjas negras.

Outro caso famoso foi a censura de um torso desnudo e tatuado de uma mulher que havia sido submetida a uma mastectomia por causa de um câncer de mama. A imagem pertence ao livro *Bodies of Subversion: A Secret History of Women and Tattoo* e a modelo é Inga Duncan Thornell, uma mulher que sobreviveu à enfermidade. O mesmo sucedeu com as fotografias do projeto SCAR⁷, composto por instantâneos de mulheres que haviam padecido de câncer de mama e mostravam as cicatrizes depois das mastectomias. Milhões de pessoas compartilharam estas fotos a modo de protesto, obrigando a empresa de Zuckerberg a modificar sua política a respeito de imagens sobre mastectomias.

Existem muitos outros casos grosseiros de fotos eliminadas de senhoras com estrias, ilustrações eróticas, imagens que simulam lábios vaginais, ou manipulação de objetos representando vulvas, mulheres vestidas mas menstruadas, beijos e demonstrações de afeto de casais do mesmo sexo, enfim, a lista é larga. Creio que estes exemplos explicam porque Facebook é um ambiente hostil para desenvolver práticas de subjetividade alternativas, transgressora ou que saem da “norma”. As “condições e termos de uso” é um contrato cujas imposições são totalmente unilaterais e protege a empresa de qualquer ação judicial.

Com suas regras rígidas e inflexíveis, Facebook se converte em um juiz mordaz e sua maior ousadia está em julgar o que não gosta e impor um código moral arbitrário e injusto. O problema é que os e as usuárias da rede têm parcela de culpa, pois a maioria quando cria uma conta acata um sistema ditatorial sem considerar que tipo de contrato tem com a empresa. Ao concordar com as “condições de uso” o sujeito perde o controle de seus dados e, as possibilidades de reclamação, são escassas ou inexistentes.

A aparente passividade (ou incapacidade) dos sujeitos diante às “leis invisíveis” que regem as ciberculturas também é elemento para a reflexão, porque as pessoas parecem não inquietar-se com as relações estabelecidas com as “regras do jogo”. Tal comportamento tem similaridade com a vida *offline*, onde as pessoas, muitas vezes, se adequam ao sistema sem questionamentos às condições políticas e às estruturas de poder.

Considerações finais

As plataformas *online* são reflexos mensuráveis do que acontece na vida analógica e por isto são ambientes propícios às manifestações arquetípicas

7 <http://www.thescarproject.org/>

sobre as representações identitárias, refletindo os modelos de comportamentos que construímos e definimos como ideais nas sociedades. Os arquétipos são as estruturas que Jung (2000) denominou de inconsciente coletivo, uma espécie de herança psíquica. Mas, a partir do momento que estas estruturas chegam ao consciente passam a representar estereótipos que podem ser ainda mais restritivos e discriminatórios, uma vez que são manifestações que tem a clara intenção de diminuir, julgar e colocar o “outro” em posição de inferioridade.

A homofobia, o machismo, o sexismo e a misoginia são construções abjetas, moralmente lamentáveis. A violência, os insultos e os preconceitos são dispositivos culturais, usados historicamente para materializar e reproduzir estruturas de poder que hierarquizam algumas identidades. Desvalorizar alguns sujeitos para que não ocupem os mesmos espaços de poder continua sendo, *online* ou *offline*, características de uma sociedade que ainda não superou muitos de seus velhos discursos sociais.

Referências

BUTLER, J. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Tradução de Alcira Bixio. Barcelona: Paidós Ibérica, 2002.

BUTLER, J. **El Género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Tradução de Maria Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós Ibérica, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar. Traducción de Aurelio Garzón del Camino**. Madrid: Siglo XXI, 1998.

FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad. La voluntad de saber**. Tradução de Ulises Guiñazú. Madrid: Siglo XXI, 2006.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira Silva. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAGNEDDA, M. Internet y control social. Entre rizoma y gran hermano. **Perspectivas de la comunicación**, Temuco, Chile, 4, n. 1, 2011, pp. 42–52.

Minicurrículo

Carla de Abreu é estudante de Doutorado em “Artes Visuales y Educación” (Universidad de Barcelona). Mestre em “Educación y Artes Visuales: un enfoque construccionista” (2010). Licenciada em “Artes Visuais”, Universidade Federal de Goiás (2007). Tem experiência na área de Artes Visuais, com ênfase em cultura visual e estudos de gênero.